

**Demonstrações Financeiras da  
Controladora e Consolidadas**

**Renosa Participações S.A.**

31 de dezembro de 2012  
com Relatório dos Auditores Independentes

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais .....	3
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	9

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Renosa Participações S.A.**  
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renosa Participações S.A em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 9 de abril de 2012, sem modificações.

Fortaleza (CE), 28 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6-S-MT

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho'. The signature is fluid and somewhat stylized, with several overlapping strokes.

Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-MT

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>621</b>	274	<b>242.815</b>	94.084
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	<b>49.620</b>	4.905
Contas a receber	6	-	-	<b>93.711</b>	66.086
Estoques	8	-	-	<b>62.959</b>	63.375
Tributos a recuperar	9	<b>66</b>	-	<b>51.675</b>	47.132
Dividendos a receber	22	<b>46.154</b>	13.398	-	1.647
Outros ativos		<b>1</b>	-	<b>13.726</b>	11.333
		<b>46.842</b>	13.672	<b>514.506</b>	288.562
<b>Não circulante</b>					
Títulos a receber	7	-	-	<b>24.666</b>	-
Partes relacionadas	10	-	302.921	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	<b>3.367</b>	4.325	<b>153.056</b>	161.393
Tributos a recuperar	9	<b>20</b>	50	<b>17.821</b>	23.959
Tributos diferidos	29	-	-	<b>19.490</b>	32.338
Depósitos judiciais		-	-	<b>6.945</b>	3.358
Outros ativos		-	-	<b>3.565</b>	9.905
Total do ativo não circulante		<b>3.387</b>	307.296	<b>225.543</b>	230.953
<b>Permanente</b>					
Investimentos	11	<b>733.609</b>	292.497	<b>13.448</b>	43.744
Imobilizado	12	-	-	<b>485.198</b>	490.303
Intangível	13	<b>62.971</b>	62.971	<b>441.281</b>	471.744
		<b>796.580</b>	355.468	<b>939.927</b>	1.005.791
Total do ativo		<b>846.809</b>	676.436	<b>1.679.976</b>	1.525.306

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		<b>197</b>	91	<b>84.752</b>	65.044
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	<b>55.172</b>	56.112
Debêntures	15	-	-	<b>5.956</b>	346
Obrigações tributárias	16	<b>24</b>	1	<b>26.694</b>	23.712
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	<b>40.681</b>	22.500
Subvenções governamentais	18	-	-	<b>6.985</b>	12.813
Tributos parcelados	17	-	-	<b>2.244</b>	1.701
Dividendos a distribuir	22	<b>46.773</b>	21.116	<b>46.773</b>	21.116
Outros passivos		-	-	<b>7.709</b>	5.992
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>46.994</b>	21.208	<b>276.966</b>	209.336
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	<b>98.308</b>	126.748
Debêntures	15	-	-	<b>344.167</b>	350.000
Subvenções governamentais	18	-	-	<b>20.023</b>	24.574
Tributos parcelados	17	-	-	<b>19.291</b>	20.947
Partes relacionadas	10	<b>8.000</b>	8.985	-	-
Compromisso na aquisição de investimento	20	<b>3.367</b>	4.261	<b>125.938</b>	136.207
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	-	-	<b>6.835</b>	15.512
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>11.367</b>	13.246	<b>614.562</b>	673.988
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	<b>213.998</b>	213.998	<b>213.998</b>	213.998
Reserva de capital		<b>219.013</b>	219.013	<b>219.013</b>	219.013
Reserva de lucros		<b>355.437</b>	208.971	<b>355.437</b>	208.971
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>788.448</b>	641.982	<b>788.448</b>	641.982
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>846.809</b>	676.436	<b>1.679.976</b>	1.525.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Operações continuadas					
Receita líquida	23	-	-	<b>1.194.892</b>	807.488
Custo dos produtos vendidos		-	-	<b>(674.820)</b>	(532.185)
Lucro bruto				<b>520.072</b>	275.303
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas		-	-	<b>(28.569)</b>	(20.288)
Gerais e administrativas	25	<b>(1.848)</b>	(1.328)	<b>(270.736)</b>	(196.909)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<b>(13)</b>	341	<b>(3.608)</b>	53.254
		-	-	-	-
Lucro operacional antes das participações		<b>(1.861)</b>	(987)	<b>217.159</b>	111.360
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	<b>398</b>	337	<b>28.225</b>	16.068
Despesas financeiras		<b>(104)</b>	(136)	<b>(65.435)</b>	(47.266)
Variações monetárias e cambiais		-	-	<b>(181)</b>	191
		<b>294</b>	201	<b>(37.391)</b>	(31.007)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	<b>193.654</b>	89.697	<b>3.191</b>	4.490
Lucro antes do imposto do imposto de renda e contribuição social		<b>192.087</b>	88.911	<b>182.959</b>	84.843
Impostos correntes	28	-	-	<b>(30.836)</b>	(10.334)
Impostos diferidos	28	-	-	<b>(6.831)</b>	15.402
Lucro líquido das operações continuadas		<b>192.087</b>	88.911	<b>145.292</b>	88.911
Operações descontinuadas	21	-	-	<b>46.795</b>	-
Lucro líquido do exercício		-	-	<b>192.087</b>	88.911
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		<b>192.087</b>	88.911	<b>192.087</b>	83.772
Participação dos não controladores		-	-	-	5.139
		<b>192.087</b>	88.911	<b>192.087</b>	88.911
Quantidade de ações no final do exercício – Em milhares		<b>250.255</b>	250.255	<b>250.255</b>	250.255

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

Lucro líquido por lote de mil ações – Em reais	<b>0,77</b>	0,36	<b>0,77</b>	0,36
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	<b>192.087</b>	88.911	<b>192.087</b>	88.911
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	<b>192.087</b>	88.911	<b>192.087</b>	88.911
Lucro líquido por ação, básico e diluído (em reais)	<b>0,77</b>	0,36	<b>0,77</b>	0,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Total	Participação de não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Lucros acumulados			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	213.498	-	8.304	105.721	-	327.523	5.139	332.662
Aumento de Capital	500	219.013	-	-	-	219.513	-	219.513
Reversão de dividendos 2010 não pagos	-	-	-	27.151	-	27.151	-	27.151
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	88.911	88.911	-	88.911
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	(5.139)	(5.139)
Constituição de reservas	-	-	4.446	63.349	(67.795)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	(21.116)	(21.116)	-	(21.116)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	213.998	219.013	12.750	196.221	-	641.982	-	641.982
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	192.087	192.087	-	192.087
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(45.621)	(45.621)	-	(45.621)
Dividendos propostos	-	-	9.604	136.862	(146.466)	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>213.998</b>	<b>219.013</b>	<b>22.354</b>	<b>333.083</b>	<b>-</b>	<b>788.448</b>	<b>-</b>	<b>788.448</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	192.087	88.911	192.087	88.911
Ajustes				
Depreciação e amortização	-	-	59.883	46.157
Perda na alienação de ativo imobilizado	-	-	1.778	323
Resultado da participação societária	(193.654)	(89.697)	(3.191)	(4.490)
Juros e variações monetárias	385	-	4.089	31.106
Baixa do ágio por recompra de ações	-	(3)	-	-
Reversão de contingências	-	-	(8.677)	(807)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	447	443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.831	(15.402)
Recuperação de tributos	-	-	-	10.833
	<b>(1.952)</b>	<b>(789)</b>	<b>253.247</b>	<b>157.074</b>
(Acréscimos) Decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(28.072)	(29.995)
Estoques	-	-	416	(28.097)
Tributos a recuperar	(36)	(50)	1.595	(26.816)
Depósitos judiciais	-	-	(3.587)	(259)
Outros ativos	-	-	3.947	(17.689)
Fornecedores	106	90	19.708	24.015
Obrigações tributárias, sociais e trabalhistas	23	(11)	9.671	36.330
Outros passivos	-	(22)	1.716	10.982
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>(1.859)</b>	<b>(782)</b>	<b>258.641</b>	<b>125.545</b>
Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	-	-	41.429	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	(67.667)	(696.925)
Recebimento pela venda de imóvel	-	-	11.095	1.414
Dividendo recebido	22.706	81.037	-	897
Empréstimos a partes relacionadas	-	(302.921)	-	-
Investimentos em outras empresas/indenização por aquisição de ações minoritárias	(894)	(5.558)	(958)	(4.268)
Compromissos na aquisição de investimentos	-	-	(9.311)	124.353
Títulos e valores mobiliários	1.343	-	(36.378)	(135.924)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<b>23.155</b>	<b>(227.442)</b>	<b>(61.790)</b>	<b>(710.453)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso por integralização de capital	-	500	-	500
Ingresso por construção de reserva de capital	-	219.013	-	219.013
Amortização de empréstimos	-	-	(41.451)	(93.934)
Ingresso de Empréstimos	-	-	13.295	463.832
Captação de empréstimos de partes relacionadas	(985)	8.985	-	-
Recompra na participação de não controladores por aquisição de ações	-	-	-	(5.139)
Dividendos pagos	(19.964)	-	(19.964)	(689)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<b>(20.949)</b>	<b>228.498</b>	<b>(48.120)</b>	<b>583.583</b>
Decréscimo no caixa e equivalentes a caixa	<b>347</b>	<b>274</b>	<b>148.731</b>	<b>(1.325)</b>
Demonstração do decréscimo no caixa e equivalentes a caixa				
No início do exercício	274	65	94.084	95.409
No final do exercício	621	339	242.815	94.084
Decréscimo no caixa e equivalentes a caixa	<b>347</b>	<b>274</b>	<b>148.731</b>	<b>(1.325)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

## 1. Informações gerais

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

A Companhia é a controladora, desde 2010, da Companhia Maranhense de Refrigerantes (“CMR”), engarrafadora dos produtos Coca-Cola atuante no Estado do Maranhão e parte do Estado do Tocantins, tratando-se de uma sociedade anônima que também tem por objetivo a indústria e comércio de bebidas, notadamente refrigerantes e produtos conexos. Em 2012, a CMR completou 46 anos de atuação como fabricante franqueado da *The Coca-Cola Company* (“TCCC”), produzindo e distribuindo marcas de comprovada qualidade e preferência do consumidor, entre elas a Coca-Cola e o Guaraná Jesus.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 30 de setembro de 2012, foi aprovada a incorporação de todas as ações representativas do capital social da Renosa Indústria Brasileiras de Bebidas S/A, pela CMR, dando continuidade ao processo de reestruturação societária do Grupo Renosa, recebendo (vertido) todas suas contas patrimoniais entre ativos, passivos e patrimônio líquido, passando a Companhia atuar como franqueada da The Coca-Cola Company (“TCCC”) também para os territórios do Estado do Mato Grosso e parte do Estado de Goiás.

A controlada Tocantins Refrigerantes S.A. (“Tocref”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objetivo principal o comércio, logística e distribuição de produtos “TCCC” e de cervejas Kaiser, Sol, Heineken, Bavária e outras bebidas, tais como águas, sucos e congêneres.

A partir de maio de 2012, tornou-se responsável pela distribuição dos produtos da Renosa Indústria (incorporada pela CMR em setembro de 2012) no estado de Mato Grosso e parte do estado de Goiás.

Em julho de 2011, visando incrementar sua expansão no mercado de bebidas, a Companhia fez aquisições representativas, através de sua subsidiária CMR, com foco estratégico na busca de oportunidades relacionadas a obtenção de sinergias na estrutura de vendas, distribuição, operacional e administrativa, bem como no aproveitamento do potencial de expansão dos produtos comercializados pela Companhia. A seguir, apresentamos as aquisições de empresas, marcas e concessões realizadas no exercício de 2011:

- . aquisição de 100% do capital social da Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco – “CBA”, que é franqueada da The Coca-Cola Company (“TCCC”).
- . aquisição de 100% do capital social da Companhia de Águas Funcionais do Nordeste - “CAF”, cujo objeto social principal é a fabricação de águas envasadas da marca Crystal Nordeste.

Ambas companhias atuam nos territórios nos Estados de Alagoas, Sergipe e parte do Estado da Bahia.

Essas aquisições foram reconhecidas contabilmente considerando os valores justos dos ativos e passivos transacionados, o que resultou um ágio na CMR, após as alocações dos ativos e passivos no montante de R\$ 34.621.

# RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

## 1. Informações gerais -- Continuação

A Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco ("CBA"), constituída em 20 de julho de 2007, é uma sociedade anônima que visa à industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, que detém os negócios de engarrafamento e distribuição de refrigerantes Coca-Cola e distribuição de cervejas Kaiser, Sol, Heineken, Bavária e outras bebidas também nos Estados de Alagoas, Sergipe e parte da Bahia.

A Companhia de Águas Funcionais do Nordeste ("CAF"), constituída em 6 de outubro de 2008, é uma sociedade anônima cujo objetivo social principal é a fabricação de águas envasadas nos Estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia.

A CBA e CAF iniciaram suas operações em 12 de novembro de 2009, após o processo de reestruturação societária de seu grupo econômico anterior.

Tanto a CMR, quanto a CBA são franqueadas da TCCC para os territórios acima mencionados, sendo que para tanto firmaram contratos individualizados de fabricação ("*Bottlers Agreement*").

Em 2011, a Companhia aportou o montante de R\$ 302.921 na CMR, registrado como AFAC, destinado ao cumprimento das obrigações na aquisição dos investimentos CBA e CAF, valor esse integralizado ao seu capital em setembro de 2012.

Em novembro de 2012 foram alienados os investimentos da Sorocaba Refrescos S.S. e SRSA Participações Ltda. Gerando um resultado líquido de imposto de renda de R\$ 46.795.

## 2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### 2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, apresentadas abaixo:

Companhia	Participação	
	2012	2011
Companhia Maranhense de Refrigerantes	100%	100%
Tocantins Refrigerantes S.A.	100%	100%
Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco	100%	100%
Companhia de Águas Funcionais do Nordeste	100%	100%

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **2. Políticas contábeis – Continuação**

#### **2.2 Investimentos**

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

##### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

#### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.5 Impostos

##### *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

##### *Impostos diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.5 Impostos – Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

#### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

#### 2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

A CMR e a CBA são beneficiárias de incentivo fiscal federal que se constitui em redução de 75% do imposto de renda e adicionais.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.6 Subvenções governamentais – Continuação

No âmbito estadual, a Companhia, por meio de suas controladas, possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esse programa estadual objetiva promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização da atividade econômica, além de complementar e ampliar a base industrial estadual.

Os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência de registro desses impostos, ou no momento em que a Companhia cumpre com as obrigações fixadas nos programas estaduais, para ter o benefício concedido.

A Companhia não usufruiu de incentivos fiscais concedidos por leis que tenham sido declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

#### 2.7 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e (iv) disponível para venda.

Em 2012, a Companhia não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais e partes relacionadas.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia conclui sobre a necessidade de ajuste a valor presente para o deferimento do ICMS a recolher no âmbito do incentivo fiscal concedido pelos governos estaduais.

#### 2.9 Imobilizado

Fábricas e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 12.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.10 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis quando a construção tenha sido iniciada a partir de 1º de janeiro de 2009.

#### 2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

#### 2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

*Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -- Continuação

##### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### 2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.15 Provisões

##### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

##### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.15 Provisões – Continuação

##### *Programa de participação nos resultados*

A Administração da Companhia e suas controladas provisiona a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

#### 2.16 Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas controladas faz parte de um único processo produtivo. Desta forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e conseqüentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

#### 2.17 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes: A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão terá vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.
- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão): O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre a Companhia.
- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos: A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados. A norma revisada terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 *Apresentação das Demonstrações Financeiras* – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido). As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2012.

- IAS 19 *Benefícios aos Empregados* (Emenda)

O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. A Companhia está atualmente avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 *Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures* (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 *Investimentos em Associadas e Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma não possui impacto na Companhia.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1

Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências da IAS 20 Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tenha sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado. A revisão terá vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013. A revisão não terá impacto sobre a Companhia.

- IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros.

- IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, IAS 27 *Demonstrações Financeiras Separadas*

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas*, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Esta norma não trará impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia e entrará em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

- IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos* O IFRS 11 substitui o IAS 31, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13, *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*.

O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

- IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- IFRIC 20 Custos de Remoção de Resíduos na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

Esta interpretação é aplicável aos custos de remoção dos resíduos (*stripping costs*) incorridos na atividade de mineração de superfície, durante a fase de produção da mina. A interpretação aborda a contabilização do benefício da atividade de remoção de resíduos. A interpretação terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A nova interpretação não terá um impacto sobre a Companhia.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 2. Políticas contábeis – Continuação

#### 2.18 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

##### Melhorias Anuais – maio 2012

As melhorias apresentadas abaixo não terão impacto sobre o Grupo:

- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS

Esta melhoria explica que uma entidade que deixou de adotar as IFRS no passado e optou por, ou foi obrigada a adotar as IFRS, poderá re-adotar a IFRS 1. Se a IFRS 1 não for re-adotada, a entidade deverá reapresentar retrospectivamente suas demonstrações financeiras como se nunca tivesse deixado de adotar as IFRS.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

Esta melhoria esclarece a diferença entre a informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima necessária. Geralmente, a informação comparativa mínima necessária refere-se ao período anterior.

- IAS 16 Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques.

- IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação

Esta melhoria esclarece que os impostos de renda decorrentes de distribuições a acionistas são contabilizados em conformidade com a IAS 12 Impostos de Renda.

- IAS 34 Demonstrações Financeiras Intermediárias

A revisão apresenta um alinhamento das exigências de divulgação para ativos totais do segmento com os passivos totais do segmento nas demonstrações financeiras intermediárias. Este esclarecimento também garante que as divulgações intermediárias estejam alinhadas com as divulgações anuais. Estas melhorias terão vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração não fez julgamentos que tenham efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

#### *Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 13.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia, conforme apresentado na Nota 28.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos -- Continuação

#### *Impostos--Continuação*

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 28.

#### *Valor Justo de Instrumentos Financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos	8	269	33.860	10.683
Renda fixa - CDB (a)	613	5	208.955	83.401
	<b>621</b>	274	<b>242.815</b>	94.084

(a) As aplicações financeiras são avaliadas a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, pelos valores de mercado e possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

### 5. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários estão representadas por fundos DI, Certificados de Depósitos Bancário ("CDB"), renda fixa, operações compromissadas e fundo de ações. As operações classificadas no longo prazo são resgatáveis em prazo superior a 90 dias da data do balanço.

Em função das obrigações descritas nos contratos de empréstimos com instituições financeiras, dos compromissos referentes às operações de compra das empresas e reaquisição das ações da CMR, a Companhia realizou aplicações conforme quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações em títulos financeiros (iv)	-	-	12.534	11.571
Compromissadas (debêntures) (i)	-	-	64.204	18.455
Fundo de investimento (ii)	3.367	4.325	11.006	13.059
CDB e fundo de investimento (iii)	-	-	114.932	123.213
	<b>3.367</b>	4.325	<b>202.676</b>	166.298
Circulante	-	-	(49.620)	(4.905)
Não circulante	<b>3.367</b>	4.325	<b>153.056</b>	161.393

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 5. Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários -- Continuação

- (i) A CBA possui aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos no montante de R\$ 64.204 (2011: R\$ 18.455). Este valor equivale a 3 parcelas deste financiamento. Registrada na CBA com tipo de aplicação: Compromissadas de Primeira Linha (debêntures), rentabilidade média: 101,94% a.a., efetuada no Banco Itaú.
- (ii) A Companhia possui um fundo constituído com a finalidade de recompra das ações da CMR no montante de R\$ 3.367 (2011 R\$ 4.325). Tipo de aplicação: Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., efetuada no Banco Bradesco. Além disso, a CMR possui R\$ 7.639 (2011: R\$ 8.734), recebido pela incorporação da Renosa Indústria ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente a Escrow contratado junto ao Banco Citibank S.A. (Depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. Esse valor serve para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências que porventura surgir contra Companhia, aplicado em Fundo de Investimento Citibank BTG Pactual Corporate DI FIQ FI Referenciado Crédito Privado, com rentabilidade média em 2012 de 102,47% do CDI a.a., e em 2011 de 102,79% do CDI a.a., efetuado no Banco Citibank.
- (iii) A CMR possui R\$ 114.932 (2011: R\$ 123.213) referente a Escrow contratado quando da negociação das aquisições da CBA e CAF, para fazer frente a determinados passivos e riscos assumidos da CBA e CAF na combinação de negócios. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado do escrow, que corresponde a um ativo de indenização. Em 31 de dezembro de 2012, os valores estavam registrados por R\$ 48.835, em CDB, rentabilidade média: 100,70% do CDI a.a., e R\$ 66.097, aplicado em Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 101,93% do CDI a.a., e em 2011, registrados por R\$ 61.605, em CDB, rentabilidade média: 100,50% do CDI a.a., e R\$ 61.608, aplicado em Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% do CDI a.a., efetuados no Banco Bradesco.
- (iv) A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos, valor este equivalente ao valor de 3 parcelas deste financiamento. Registrada na CBA com tipo de aplicação: Compromissadas de Primeira Linha (debêntures), rentabilidade média: 101,94% a.a., efetuada no Banco Itaú.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 6. Contas a receber - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2012, a perda por redução ao valor recuperável sobre as contas a receber de clientes totalizava R\$ 1.435 (2011: R\$ 988). A Companhia tem como prática a aplicação da política interna bem como a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidações duvidosas.

	<b>Perda por redução ao valor recuperável individual</b>
Em 1º de janeiro de 2011	545
Constituição	564
Baixas	(121)
Em 31 de dezembro de 2011	988
Constituição	<b>530</b>
Baixas	<b>(83)</b>
Em 31 de dezembro de 2012	<b>1.435</b>

Composição:	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Prazo:		
A vencer	<b>91.799</b>	58.673
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	<b>571</b>	6.979
De 31 a 180 dias	<b>1.196</b>	550
Mais de 180 dias	<b>1.580</b>	872
	<b>95.146</b>	67.074
Provisão para devedores duvidosos	<b>(1.435)</b>	(988)
	<b>93.711</b>	66.086

### 7. Títulos a receber

Os acionistas da Sorocaba Refrescos contrataram Escrow no valor de R\$ 24.666, junto ao Banco Itaú, quando da alienação da participação acionária da CMR, correspondente a 40% das ações, realizado em novembro de 2012. Esse valor serve para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências que porventura surgir contra a mesma. Esses ativos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado do escrow.

### 8. Estoques - Consolidado

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Matérias-primas	<b>19.697</b>	13.456
Materiais diversos	-	11.268
Produtos acabados	<b>12.759</b>	16.030
Produtos para revenda	<b>11.756</b>	10.581
Produtos em elaboração	<b>238</b>	208
Material de consumo	<b>13.233</b>	9.508
Outros	<b>5.276</b>	2.324
	<b>62.959</b>	63.375



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	86	50	6.101	8.807
PIS a recuperar	-	-	2.813	3.454
COFINS a recuperar	-	-	5.374	9.006
IPI a recuperar	-	-	37.535	31.930
ICMS a recuperar	-	-	11.659	13.991
Outros	-	-	6.014	3.903
	86	50	69.496	71.091
Circulante	(66)	-	(51.675)	(47.132)
Não circulante	20	50	17.821	23.959

### 10. Partes relacionadas - Controladora

Composição:	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dividendos				
Companhia Maranhense de Refrigerantes	-	8.000	302.921	-
Operações internas				
Tocantins Refrigerantes S/A	-	-	-	4.664
Renosa indústria brasileira de bebidas S.A	-	-	-	4.321
	-	8.000	302.921	8.985

A CMR possui uma estrutura de pessoal que presta serviços compartilhados, relacionados às áreas/departamentos pessoal, administrativo, financeiro, tributário, jurídico e contábil para as demais empresas do Grupo. Tais serviços são remunerados por meio de rateio de despesas e estão amparados por meio de contratos celebrados de ressarcimentos de despesas entre as mesmas e notas de débitos.

Em 2011, a Companhia aportou o montante de R\$ 302.921 na CMR, registrado como AFAC, destinado ao cumprimento das obrigações na aquisição dos investimentos CBA e CAF, valor esse integralizado ao seu capital em setembro de 2012.

#### Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, os membros do Comitê Executivo e o executivo da auditoria interna. A remuneração paga ou a pagar por esses serviços está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Salários e encargos	4.173	4.298
Gratificações	11.491	1.991
	15.664	6.289

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 11. Investimentos

Composição do saldo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Investidas				
Avaliados ao custo				
SABB - Sistema de Alimentos e Bebidas do Brasil Ltda.	-	-	10.004	10.004
Holdfab2 Participações Societárias Ltda.	-	-	3.441	3.441
Outros	-	-	3	4
	-	-	13.448	13.449
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Sorocaba Refrescos S.A.	-	-	-	30.287
Renosa Indústria Brasileira de Bebidas S.A	-	127.490	-	-
SRSA Participações Ltda.	-	-	-	8
Tocantins Refrigerantes S.A.	14.527	10.658	-	-
Companhia Maranhense de Refrigerantes	719.082	154.349	-	-
	733.609	292.497	-	30.295
Total	733.609	292.497	13.448	43.744

- (a) A CMR possui quotas do capital social da SABB – Sistema de Alimentos e Bebidas do Brasil Ltda. empresa que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista. Em 2012, com a incorporação da Renosa Indústria que também possuía 0,86% de participação na SABB, o percentual da Companhia passou a ser de 1,38% (2011 – 0,56%) e esse investimento está registrado ao custo.
- (b) Em 2010, a Companhia adquiriu 0,958%, do capital acionário da Empresa Holdfab2 Participações Ltda., empresa criada para viabilizar investimentos do sistema Coca-Cola em outras empresas do ramo de bebidas, com vistas a ampliar o portfólio de produtos não carbonatados, no valor de R\$ 1.399, e a Renosa Indústria sua incorporada adquiriu 1,398%, no valor de R\$ 2.042, totalizando após a incorporação pela Companhia 2,36% de participação.
- (c) A investida TOCREF é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objetivo principal a indústria e comércio de refrigerantes, distribuição de produtos “TCCC” e de cervejas Kaiser, Sol, Heineken, Bavária e outras bebidas, tais como águas, sucos e congêneres. A administração reativou suas operações com o objetivo de gerar recursos para liquidação de seus ativos e passivos e aproveitamento do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Durante o exercício de 2010, como parte da reestruturação societária do Grupo Renosa, foi realizado por outra empresa do grupo aporte de capital na TOCREF, reduzindo a participação societária da “CMR” de 100% para 49,53%. Essa operação gerou um ganho para a “CMR”, registrado diretamente no patrimônio líquido por se tratar de uma operação dentro do mesmo grupo econômico, no valor de R\$ 35.321 (Nota 22).

# RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

## 11. Investimentos – Continuação

Movimentação:	TOTAL DA						TOTAL
	RENOSA	CMR	TOCREF	CONTROLADORA	SOROCABA	SRSA	CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2010	129.733	127.491	4.548	261.772	27.980	8	27.988
Ajuste de Investimento	-	5.558	-	5.558	-	-	-
Ágio na recompra de ações	-	3	-	3	-	-	-
Distribuição de dividendos	(57.984)	(6.549)	-	(64.533)	(2.183)	-	(2.183)
Equivalência patrimonial	55.742	27.845	6.110	89.697	4.490	-	4.490
Em 31 de dezembro de 2011	127.491	154.348	10.658	292.497	30.288	8	30.295
Investimento AFAC	-	302.920	-	302.920	-	-	-
Ajustes de investimentos	-	-	-	-	480	-	480
Distribuição de dividendos	(22.326)	(33.136)	-	(55.462)	-	-	-
Incorporação	(148.129)	148.129	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	42.964	146.821	3.869	193.654	2.986	205	3.191
Baixa de investimento (Nota 21)	-	-	-	-	(33.754)	(213)	(33.967)
Em 31 de dezembro de 2012	-	719.082	14.527	733.609	-	-	-

Informações sobre os investimentos em controladas e coligadas:

	Milhares de ações ordinárias ou quotas possuídas pela Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio líquido	Lucro líquido
	Ordinárias	Preferenciais	No capital social integralizado - %	No capital votante - %		
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>						
Cia Maranhense de Refrigerantes	5.108.717	435.131	100	100	719.794	147.531
TOCREF – Tocantins Refrigerantes S.A.	196	-	100	100	28.785	7.665
CBA - Companhia de Bebidas e Alimentos do São Francisco	6.766	-	100	100	324.386	65.557
CAF - Companhia de Águas Funcionais do Nordeste	1.399	-	100	100	25.959	5.689
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>						
TOCREF - Tocantins Refrigerantes S.A.	196	-	100	100	21.120	12.108
Renosa Indústria Brasileira de Bebidas s.a	25.167	-	100	100	127.490	55.742
Cia Maranhense de Refrigerantes	5.082.550	435.131	100	100	154.349	27.845
Sorocaba Refrescos S.A	653.900	-	40	40	73.985	12.121
SRSA Participações S.A	8	-	40	40	20	-
CBA - Companhia de Bebidas e Alimentos do São Francisco	6.766	-	100	100	277.921	11.310
CAF - Companhia de Águas Funcionais do Nordeste	1.399	-	100	100	21.906	2.135

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 12. Imobilizado

#### (a) Composição

	Consolidado			2011	Taxas médias de depreciação - %
	2012				
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	41.002	-	<b>41.002</b>	54.887	
Construções civis	154.582	(34.216)	<b>120.366</b>	115.585	1,96%
Máquinas, equipamentos e instalações	363.718	(148.876)	<b>214.842</b>	207.233	5%
Vasilhames e embalagens	130.920	(77.434)	<b>53.486</b>	56.439	20%
Veículos	82.946	(45.763)	<b>37.183</b>	45.147	12,5%
Computadores e periféricos	14.604	(9.285)	<b>5.319</b>	-	16,67%
Móveis e utensílios	9.143	(3.344)	<b>5.799</b>	4.659	6,67%
Outros	1.777	(501)	<b>1.276</b>	4.061	10%
Obras em andamento	5.925	-	<b>5.925</b>	2.292	
	<u>804.617</u>	<u>(319.419)</u>	<u><b>485.198</b></u>	<u>490.303</u>	

#### (b) Movimentação

	Consolidado	
	2012	2011
No início do exercício	<b>490.303</b>	215.415
Aquisições	<b>64.499</b>	321.191
Alienações	<b>(12.872)</b>	(4.557)
Transferência para intangível	<b>(276)</b>	-
Transf. de bens destinados a venda	-	2.821
Depreciação	<b>(56.456)</b>	(44.567)
No fim do exercício	<u><b>485.198</b></u>	<u>490.303</u>

#### (c) Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia concluiu, durante o exercício de 2012, as análises periódicas com o objetivo de revisar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Para fins dessa análise, a Companhia aprovou, através de sua Diretoria, laudo de avaliação e considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de utilização dos bens.

Historicamente, a Companhia não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata. As taxas médias anuais atuais de depreciação estão demonstradas no quadro de composição anterior.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 13. Intangível

#### (a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	-	-	-	-	23.285	(12.502)	<b>10.783</b>	10.764
Ágio adquirido	62.971	-	<b>62.971</b>	-	134.947	(35.563)	<b>99.384</b>	128.073
Direito de lavra	-	-	-	-	45.536	-	<b>45.536</b>	45.536
Licenças	-	-	-	-	285.578	-	<b>285.578</b>	287.371
	<b>62.971</b>	-	<b>62.971</b>	-	<b>489.346</b>	<b>(48.065)</b>	<b>441.281</b>	<b>471.744</b>

#### (b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo no início do exercício	<b>62.971</b>	62.971	<b>471.744</b>	97.600
Aquisições de Software	-	-	<b>3.169</b>	8.206
Aquisições de ágio	-	-	<b>1.793</b>	34.621
Aquisições de licenças e lavras CBA/CAF	-	-	<b>(1.793)</b>	332.907
Transferências software	-	-	<b>276</b>	-
Amortização	-	-	<b>(3.427)</b>	(1.590)
Baixa de ágio (Nota 21)	-	-	<b>(30.481)</b>	-
Saldo no fim do exercício	<b>62.971</b>	62.971	<b>441.281</b>	<b>471.744</b>

#### (c) Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do "Valor em Uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 10 (dez) anos foi de 9%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 10,61% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 13. Intangível -- Continuação

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- i) Receitas – As receitas foram projetadas entre 2012 e 2019 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- ii) Custos e despesas operacionais – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- iii) Investimentos de capital – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	2012	2011
Licenças sem vida útil definida	331.114	332.907
Ágio	129.866	128.073
Total Contábil	460.980	460.980
Valor de Uso – Fluxo de caixa descontado	715.038	831.543
Sobra	254.058	370.563

### 14. Empréstimos e Financiamentos - Consolidado

Modalidade	Encargos	2012	2011
Finame/BNDES	Juros entre 2,7% a.a. - 4,5% a.a. acima da TJLP	55.072	56.727
Capital de giro	Juros de 2% a.a. + CDI	7.789	24.199
Leasing	Juros de 0,60% a.a. + CDI	5.344	10.840
FCO/Banco do Brasil	9,78% a.a.	16.823	23.271
Cédula de Crédito Industrial (a)	5,25% a.a. acrescido da TJLP/IGP-DI	15.022	9.408
Banco Unibanco S.A - Finame	TJLP + 1,20%	960	2.212
Banco do Nordeste S.A - FNE	De 10% a 14%	37.449	40.141
Banco Itaú BBA S.A - Finame	De 4,5% a 7%	8.555	11.532
Banco Votorantim S.A - Finame	TJLP + 1,40%	3.058	4.531
Banco Bradesco S.A - Finame		3.409	-
		153.481	182.860
Circulante		(55.172)	(56.112)
Não circulante		98.309	126.748

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 14. Empréstimos e Financiamentos – Consolidado--Continuação

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por:

- a) Penhor de bens e hipoteca imobiliária;
- b) Alienação fiduciária, penhor de bens e hipoteca imobiliária.

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
2013	-	52.579
2014	<b>36.533</b>	27.438
2015	<b>22.295</b>	15.097
2016	<b>14.470</b>	9.045
2017	<b>8.862</b>	6.651
2018 em diante	<b>16.148</b>	15.938
	<b>98.308</b>	126.748

A movimentação de empréstimos durante o exercício é a seguinte:

	<b>2012</b>
Saldo em 1º. de janeiro de 2012	<b>182.860</b>
Captações	<b>13.295</b>
Juros apropriados	<b>14.255</b>
Juros pagos	<b>(15.478)</b>
Amortizações	<b>(41.451)</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<b>153.481</b>

### 15. Debêntures - Consolidado

Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A e Bradesco BBI S.A, no montante de R\$ 350.000 conforme demonstrado abaixo:

Entidades financiadoras da operação	Data de emissão	Tipo de emissão	Debêntures em circulação	Valor total na data da emissão	Despesas com Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Total em 31/12/2012	Total em 31/12/2011
Banco Bradesco	29.11.2011	Simplex	175	175.000	1.445	CDI+2,15%	13,68%	<b>175.061</b>	175.173
Banco Itaú	29.11.2011	Simplex	175	175.000	1.445	CDI+2,15%	13,68%	<b>175.061</b>	175.173
								<b>350.122</b>	350.346
Circulante								<b>(5.955)</b>	(346)
Não Circulante								<b>344.167</b>	350.000

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 15. Debêntures - Consolidado -- Continuação

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	2012	2011
Saldo em 1º. de janeiro de 2012	350.346	-
Captações	-	350.000
Juros apropriados	39.448	346
Juros pagos	(39.672)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	350.122	350.346

**Forma e espécie:** debêntures simples, privada, não conversíveis em ações, nominativas, da espécie quirografia, com garantia adicional real e fidejussória, em série única.

**Valor nominal:** as debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000.

**Garantia:** as debêntures serão garantidas por fianças das empresas Renosa Indústria Brasileira de Bebidas S.A., Renosa Participações S.A., Tocantins Refrigerantes S.A., Companhia de Bebidas e Alimentos São Francisco S.A. e Companhia de Águas Funcionais do Nordeste S.A.

**Valor total da emissão:** R\$ 350.000.

**Quantidade de debêntures:** 350 (trezentos e cinquenta) debêntures.

**Prazo, data de vencimento e amortização do principal:** as Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, com vencimento final em 29 de novembro de 2018 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em moeda corrente, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração devida.

A amortização será realizada mensalmente, sempre nos dias determinados (cada data, uma "Data de Amortização"), sendo que o primeiro pagamento de amortização ocorrerá em 29 de novembro de 2013. Caso uma Data de Amortização não seja um dia útil, o pagamento deverá ser realizado no dia útil imediatamente subsequente.

**Preço, subscrição e prazo de integralização:** as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário.

**Limites e índices financeiros:** o índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado pela Emissora, deverá ser menor ou igual a 3,5. O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,5.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 15. Debêntures -- Continuação

**Remuneração:** As Debêntures renderão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

**Divulgação:** as informações de interesse dos debenturistas são publicadas no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Jornal O Estado do Maranhão.

**Prêmios:** O Prêmio de Resgate Antecipado será equivalente a um percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida e não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sendo que referido percentual será variável de acordo com o período em que o Resgate Antecipado será realizado.

As Debêntures são da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não são conversíveis em ações de emissão da Emissora. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Sistema Nacional de Debêntures – "SND" o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

### 16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social	-	-	4.873	2.545
ICMS a recolher	-	-	10.670	11.932
Pis a recolher	-	-	1.698	1.167
Cofins a recolher	-	-	9.219	7.320
IOF - Impostos sobre operações financeiras	-	-	-	11
Outros	24	1	234	737
	<u>24</u>	<u>1</u>	<u>26.694</u>	<u>23.712</u>
Circulante	(24)	(1)	(26.694)	(23.712)
Não circulante	-	-	-	-

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 17. Tributos parcelados - Consolidado

	Consolidado	
	2012	2011
Salário Educação Parcel. Especial	290	73
SESI - Parcel. Especial	38	48
Parcel. Lei 11941 - RFB - Outros	3.330	3.226
Parcel. Lei 11941 - PGFN - Outros	12.669	13.060
Parcel. Lei 11941 - RFB - Previdenciários	4.183	5.203
Parcel. Lei 11941 - PGFN - Previdenciários	1.025	1.038
	<b>21.535</b>	<b>22.648</b>
Circulante	<b>(2.244)</b>	<b>(1.701)</b>
Não circulante	<b>19.291</b>	<b>20.947</b>

Em 27 de maio de 2009, através da Lei no. 11.941/09, e pela Medida Provisória no. 470/2009 pela Lei no. 11.941/09, e pela Medida Provisória no. 470/2009, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de setembro de 2008

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

O montante a pagar no longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2012	2011
2013	-	2.589
2014	2.719	2.710
2015	2.530	2.988
2016	2.530	2.988
2017	1.514	2.988
2018 em diante	9.998	6.684
	<b>19.291</b>	<b>20.947</b>

### 18. Subvenções governamentais

	Consolidado	
	2012	2011
PRODEI	4.232	11.786
PRODESIN	18.217	19.329
SINCOEX	4.559	3.970
Outros	-	2.302
	<b>27.008</b>	<b>37.387</b>
Circulante	<b>(6.985)</b>	<b>(12.813)</b>
Não circulante	<b>20.023</b>	<b>24.574</b>

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 18. Subvenções governamentais--Continuação

Composição por vencimento	Consolidado	
	2012	2011
2013	-	2.179
2014	<b>2.069</b>	2.179
2015	<b>2.048</b>	2.167
2016	<b>1.814</b>	2.048
2017	<b>1.814</b>	2.048
2018 em diante	<b>12.278</b>	13.953
	<b>20.023</b>	<b>24.574</b>

PRODEI: A Renosa Indústria, incorporada pela CMR em setembro de 2012 – obteve junto ao governo do Estado de Mato Grosso, incentivo fiscal PRODEI – Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso, no período de 2002 a fevereiro de 2008 e posteriormente migrado para “PRODEIC” a partir de março de 2008, com de vigência de 10 anos. Incentivos concedidos as empresas industriais com a finalidade de fomentar investimentos no Estado. O PRODEI, quando da sua implantação, o sistema de benefício consistia em financiamento de 64,4% do ICMS normal sobre a operação industrial, o valor remanescente do financiamento esta sendo amortizado em 64 parcelas.

Em março de 2008 a Cia migrou para o PRODEIC, nesta 2ª etapa o benefício fiscal consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 28,35% sobre as vendas dentro do estado e 75% das vendas fora do Estado e renúncia ao aproveitamento de créditos sobre as entradas por parte da Cia. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura.

SINCOEX: A Companhia obteve junto ao Governo do Estado do Maranhão, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão – SINCOEX- Sistema de Apoio a Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

PRODESIN: Em 23 de julho de 2000, a Companhia Alagoana de Refrigerantes – CIAL, obteve a concessão de incentivo fiscal, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria, conforme resolução CONDIN No 076/2000 instituída pelo governo do Estado de Alagoas conforme decreto emitido em 4 de setembro de 2000. Este benefício foi transferido para CAF através de um processo de reestruturação societária, onde cindiu os ativos/passivos e benefícios da CIAL para a CAF.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 19. Provisão para contingências -- Continuação

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Consolidado	
	2012	2011
Tributárias	<b>134.991</b>	134.991
Cíveis	<b>19.237</b>	18.656
Trabalhistas	<b>36.584</b>	9.487
	<b>190.812</b>	163.134

#### a) Ações tributárias

A Companhia e suas controladas são réus em diversas ações tributárias, cerca de R\$ 134.991 (2011: 134.991) tem risco de perda possível, as principais ações tributárias estão relativas a créditos tributários de IPI junto a Receita Federal do Brasil, a Administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 2.418 (2011: R\$ 10.286).

#### b) Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são réus em diversas ações cíveis no montante aproximado de R\$ 36.929 (2011: R\$ 52.924). Desse total, cerca de R\$ 19.237 (2011: 18.656) tem risco de perda possível, as principais ações cíveis estão relacionadas a reclamações de distribuidores que tiveram seus contratos encerrados, a Administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 3.186 (2011: R\$ 1.688).

#### c) Ações trabalhistas

Diversas ações trabalhistas no montante aproximado de R\$ 63.243 (2011: R\$ 43.067). Desse total, cerca de R\$ 36.584 (2011: R\$ 9.487) tem risco de perda possível, substancialmente representados por reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, a Administração da Companhia e suas controladas decidiu por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 1.231 (2011: R\$ 3.538).

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 20. Compromissos na aquisição de investimentos

A “CMR” contratou um escrow em 2011 no valor de R\$ 123.213 junto ao Banco Bradesco (Depositário), na aquisição do controle acionário das empresas “CAF” e “CBA” junto ao antigo controlador, para fazer frente a determinados passivos e riscos assumidos da CBA e CAF na combinação de negócios. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado do escrow, que corresponde a um ativo de indenização. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo totalizava em R\$ 114.932, valores esses que estavam registrados por R\$ 48.835, em CDB, rentabilidade média: 101,50% a.a., e R\$ 66.097, aplicado em Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., e em 2011, registrados por R\$ 61.605, em CDB, rentabilidade média: 100,50% a.a., e R\$ 61.608, aplicado em Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., efetuados no Banco Bradesco.

A “CMR” possui R\$ 7.639 (2011: R\$ 8.734), recebido pela incorporação da Renosa Indústria ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente a Escrow contratado junto ao Banco Citibank S.A. (Depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. Esse valor serve para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências que porventura surgir contra Companhia, aplicado em Fundo de Investimento Citibank BTG Pactual Corporate DI FIQ FI Referenciado Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,74% a.a., efetuada no Banco Citibank.

A Companhia possui um fundo constituído com a finalidade de recompra das ações da CMR no montante de R\$ 3.367 (2011 R\$ 4.325). Tipo de aplicação: Fundo de Investimento Bradesco Empresas FIC RF Crédito Privado, com rentabilidade média de 102,02% a.a., efetuada no Banco Bradesco.

Esses saldos consolidados aplicados totalizam R\$ 125.938 (2011: 136.207).

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 21. Operações descontinuadas

Em novembro de 2012 foram alienados os investimentos da Sorocaba Refrescos S.A e SRSA Participações Ltda. gerando um resultado de R\$ 46.795 líquido de imposto de renda.

#### Lucro do exercício das operações descontinuadas

Receita da venda	145.000
Receitas financeiras	1.946
Outras receitas	8
Total	146.954
Alienação do ágio	(30.481)
Custo na alienação de investimentos	(33.967)
Outras despesas	(6.653)
Lucro antes dos impostos	75.853
Imposto de renda e contribuição social atribuível	(29.058)
Lucro do exercício das operações descontinuadas	46.795

#### Fluxo de caixa das operações descontinuadas

Ajustes para reconciliar o lucro do período com o caixa aplicado	
Valor residual na alienação de investimentos	(82.506)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Receita na alienação de investimentos	120.334
Juros recebidos na alienação de investimentos	1.946
Dividendos recebidos	1.647
Empréstimos a partes relacionadas	8
Fluxo de caixa líquido das operações descontinuadas	41.429

#### Transações que não afetaram o caixa e equivalentes a caixa

Escrow (valor retido a receber na venda)	24.666
--	--------

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 22. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social é composto por 250.255.148 (2011: 250.255.148) ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	Ações		Percentual no Capital		Valor R\$
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Participação	
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	128.099	-	60%	51,19%	128.099
Forsab Investments (Proprietary) Limited	85.399	8.482	40%	37,51%	85.515
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	-	28.275	-	11,30%	384
<b>TOTAL</b>	<b>213.498</b>	<b>36.757</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>213.998</b>

Em Assembleia Geral-Extraordinária realizada pelos acionistas da Companhia em 14 de setembro de 2011, foi aprovado um aumento de capital social no montante de R\$ 500, mediante a emissão, para subscrição privada de 34.829.461 de ações preferenciais – Classe A, resgatáveis pelos emissores conversíveis em ações ordinárias desde que aprovadas por mais de 80% do capital votante, sem valor nominal e 1.927.729 de ações preferenciais – Classe B, resgatáveis pelo emissor e conversíveis em ações ordinárias desde que aprovadas por mais de 80% do capital votante, sem valor nominal no valor unitário de R\$ 0,005972 em nome das empresas Manchioneel Investment Holding S.A.R.L e da já acionista FORSAB Investment (Proprietary) Limited. Esta emissão gerou uma subscrição total de R\$ 219.512, dos quais R\$ 219.013 foram registrados em “Reserva de capital – Ágio na subscrição de ações”. Não há obrigações adicionais com os novos sócios referente as ações preferenciais.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 22. Patrimônio líquido – Continuação

#### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei 6.404/76. A administração consignou nas demonstrações financeiras os dividendos a pagar no montante de R\$ 45.621 (2011 – R\$ 21.116) correspondentes a 25% do resultado do exercício findo nessa data, conforme demonstrado:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro do exercício	<u>192.087</u>	88.911
Reserva legal – 5%	<u>(9.604)</u>	(4.446)
Base de dividendos	<u>182.483</u>	84.465
Dividendos propostos – 25%	<u>45.621</u>	21.116
Quantidade de ações – Em milhares	<u>250.255</u>	250.255
Dividendos por lote de mil ações – R\$	<u>182</u>	84,38

#### (c) Ajuste reserva legal e para investimento

A Reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O valor constituído em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.604 (2011: R\$ 4.446).

A administração da Companhia propôs a constituição de reserva de retenção de lucros pelo saldo remanescente de lucros acumulados, no montante de R\$ 136.862 (2010: R\$ 63.349) com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### 23. Receita líquida - Consolidado

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita bruta da venda de produtos	<u>1.542.747</u>	1.052.029
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI	<u>(59.861)</u>	(43.005)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	<u>(181.689)</u>	(126.157)
Programa de Integração Social - PIS	<u>(19.198)</u>	(13.189)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	<u>(87.107)</u>	(62.190)
	<u>1.194.892</u>	807.488

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 24. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas operacionais				
Reembolso do corporativo	-	-	<b>9.605</b>	5.008
Dividendos recebidos	-	-	<b>25</b>	1.456
Créditos na recuperação de tributos	-	-	-	(7.865)
Reversão de provisões	-	-	-	(25)
Incentivo de vendas – Recofarma (*)	-	-	-	55.204
Outras	-	341	<b>27.870</b>	8.781
	<u>-</u>	<u>341</u>	<u><b>37.500</b></u>	<u>62.559</u>
Despesas operacionais				
Provisão para participação nos resultados	-	-	<b>(17.101)</b>	244
Constituição de provisões	<b>(13)</b>	-	<b>(3.377)</b>	1.226
Impostos e encargos de outras receitas	-	-	<b>(66)</b>	-
Impostos e encargos sobre incentivo (*)	-	-	-	(5.098)
Despesas do corporativo	-	-	<b>(9.548)</b>	(9.642)
Outras	-	-	<b>(11.016)</b>	3.965
	<u><b>(13)</b></u>	<u>-</u>	<u><b>(41.108)</b></u>	<u>(9.305)</u>
Total	<u><b>(13)</b></u>	<u>341</u>	<u><b>(3.608)</b></u>	<u>53.254</u>

(\*) A Companhia recebeu da Recofarma Indústria da Amazônia, o reembolso de investimentos realizados em vasilhames, garrafeiras e incentivo de vendas. Em 2012 as receitas, impostos e encargos incidentes provenientes deste incentivo foram reclassificadas consideradas como redutora dos custos dos produtos vendidos.

### 25. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de pessoas jurídicas	<b>1.689</b>	1.059	<b>28.233</b>	14.928
Despesas com pessoal e encargos	-	-	<b>136.921</b>	104.755
Despesas de depreciação/amortização	-	-	<b>28.953</b>	32.220
Despesas com viagens	<b>43</b>	93	<b>3.302</b>	2.312
Reparos de bens e conservação	-	-	<b>14.433</b>	8.736
Despesas com veículos	-	-	<b>3.999</b>	3.616
Honorários dos administradores (Nota 10)	-	-	<b>15.664</b>	6.289
Serviço de terceiros	-	-	<b>5.229</b>	3.275
Aquisição de combustível	-	-	<b>9.334</b>	7.221
Aluguel	-	-	<b>3.996</b>	3.209
Outras despesas	<b>116</b>	176	<b>20.671</b>	10.348
	<u><b>1.848</b></u>	<u>1.328</u>	<u><b>270.736</b></u>	<u>196.909</u>

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Juros recebidos de mora/mútuos	-	-	1.050	514
Rendimentos de aplicações financeiras	385	337	23.969	13.679
Juros s/ depósitos de reinvestimentos	-	-	-	278
Outros	13	-	3.206	1.597
	<u>398</u>	<u>337</u>	<u>28.225</u>	<u>16.068</u>
Despesas financeiras				
Atualização de passivos	-	-	(1.795)	(23.670)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(62.055)	(21.657)
Outras	(104)	(136)	(1.585)	(1.939)
	<u>(104)</u>	<u>(136)</u>	<u>(65.435)</u>	<u>(47.266)</u>
Variações monetárias e cambiais	-	-	(181)	191
	<u>294</u>	<u>201</u>	<u>(37.391)</u>	<u>(31.007)</u>

### 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como, presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisão de estrutura de governança relacionada a operações financeiras. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. A Companhia não participa de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação**

#### **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.

A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

#### **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Atualmente cerca de 52,63% dos empréstimos são indexados e estão sujeitos a taxas fixas de juros. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

#### Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e sua controlada antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	<b>Aumento/redução em %</b>	<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>
<b>2012</b>		
CDI	+ 1,0% a.a	(3.987)
CDI	+ 2,0% a.a	(7.975)
CDI	-1,0% a.a	3.945
TJLP	+ 0,5% a.a	(217)
TJLP	+ 1,0% a.a	(432)
TJLP	-0,5% a.a	217
<b>2011</b>		
CDI	+ 1,0% a.a	(475)
CDI	+ 2,0% a.a	(948)
CDI	-1,0% a.a	473
TJLP	+ 0,5% a.a	(164)
TJLP	+ 1,0% a.a	(327)
TJLP	-0,5% a.a	164

#### Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio não são relevantes.

	<b>Variação na taxa US\$</b>	<b>Efeito no lucro antes da tributação</b>
<b>2012</b>	0,37%	100.371
	1,00%	269.389
	-0,80%	(215.511)
<b>2011</b>	-0,60%	(71.019)
	1,00%	118.034
	-0,80%	(94.427)

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação**

#### **Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

A política de vendas da Companhia estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

#### **Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

#### **Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria e são administrados corporativamente.

#### **Gestão do capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos cotistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 28. Imposto de renda e contribuição social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social da controladora e suas controladas dos exercícios findos em 31 de dezembro está reconciliada às alíquotas nominais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>192.087</b>	88.911	<b>182.959</b>	84.843
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(65.310)</b>	(30.230)	<b>(62.206)</b>	(28.847)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	<b>65.842</b>	30.497	<b>1.085</b>	1.527
Incentivos fiscais			<b>22.325</b>	9.871
Outras exclusões líquidas			<b>7.960</b>	7.115
	-	-	<b>(30.836)</b>	(10.334)
Alíquota efetiva	-	-	<b>16,9%</b>	12,2%

#### Incentivos fiscais

Em 10 de março de 2008, foi publicado no Diário Oficial da União (edição nº 47) o Ato Declaratório nº 13 de 14 de janeiro de 2008, do MF/ Secretaria da Receita Federal, que reconheceu o direito da Renosa à redução de 75% do IRPJ e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da extinta SUDAM, pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário de 2007, tudo conforme anteriormente requerido no processo administrativo nº 14090.000970/2007-32, que foi baseado no Laudo Constitutivo nº 60/2007 do Ministério da Integração Nacional.

Em 22 de dezembro de 2008, a Superintendência do Desenvolvimento Amazônia – SUDAM, através do laudo constitutivo No. 226/2008 reconheceu o direito da CMR à redução de 75% do Imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM, pelo prazo de 10 anos a partir do ano calendário de 2008, tudo conforme anteriormente requerido no processo nº CUP-59004/00467/2008-28.

A CBA é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos a partir do ano de 2006 até 2015 para a unidade de Arapiraca e por 10 (dez) anos a partir do ano de 2002 até 2011 para a unidade de Maceió. O incentivo da Companhia é calculado sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. O incentivo fiscal do imposto de renda é reconhecido, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

A CAF é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 03 (três) anos a partir do ano de 2009 até 2011. O incentivo da CAF é calculado sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. O incentivo fiscal do imposto de renda é reconhecido, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

A Companhia, em suas demonstrações individuais, apresentou base tributável negativa, não sendo reconhecido crédito tributário diferido.

## **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### **28. Imposto de renda e contribuição social – Continuação**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A CMR possuía prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, cujos valores acumulados até 31 de dezembro de 2010, totalizavam R\$ 24.616 e R\$ 23.579, respectivamente, e registrou os tributos diferidos sobre o saldo dos prejuízos fiscais e base negativa da CSLL no montante de R\$ 4.432 e R\$ 1.577, respectivamente. Adicionalmente, em 2011, registrou R\$ 1.722 e R\$ 545, totalizando R\$ 6.154 de imposto de renda e R\$ 2.122 de contribuição social.

A CMR efetuou a compensação de prejuízo fiscal e base negativa em 2011, no valor acima mencionado, respectivamente com o benefício do parcelamento de tributos federais previstos na Lei 11.941/09.

A CMR possui tributos diferidos no montante de R\$ 26.919 (2011 - de R\$ 33.283), e em 2012 foram parcialmente revertidos de acordo com as amortizações fiscais ocorridas no exercício em R\$ 6.364.

A TOCREF possui tributos diferidos no montante de R\$ 8.985 (2011 - de R\$ 10.229), e em 2012 foram parcialmente revertidos de acordo com as amortizações fiscais ocorridas no exercício em R\$ 1.244.

Como a base tributável de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido (prejuízo) da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.



## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 28. Imposto de renda e contribuição social-- Continuação

Os valores para compensação futura são os seguintes:

	Consolidado	
	2012	2011
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	<b>12.897</b>	12.849
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 a 60 meses	<b>6.593</b>	19.489
Ativo de imposto diferido (líquido)	<b>19.490</b>	<b>32.338</b>

A movimentação do ativo diferido durante o exercício é a seguinte:

	Total
Em 1º. de janeiro de 2011	42.775
Constituição/Realização	15.402
Outros ajustes	(25.839)
Em 31 de dezembro de 2011	32.338
Constituição/Realização	(6.831)
Outros ajustes	(6.017)
Em 31 de dezembro de 2012	<b>19.490</b>

### 29. Cobertura de seguros

O Grupo possui seguros contratados considerados suficientes pela administração para cobrir riscos sobre seus ativos e sobre suas responsabilidades. Apresentamos abaixo a discriminação das coberturas de acordo com os riscos envolvidos em suas operações e de acordo com orientações dos consultores de seguro da Companhia.

Ramo	Consolidado	
	2012	2011
Empresarial (a)	<b>299.996</b>	147.643
Responsabilidade civil geral (b)	<b>20.000</b>	2.000
Transporte de carga (c)	<b>200.600</b>	49.000
Automóvel – danos materiais e corporais	<b>3.295</b>	2.346
Riscos Diversos	<b>800</b>	150
Outros	<b>100</b>	460
	<b>524.791</b>	<b>201.599</b>

(a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.

(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgada.

(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

O Grupo possui seguro, através do contrato celebrado pela AFBCC - Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola, para proteger os administradores quanto a custos, despesas, perdas e danos, pretensões, obrigações e responsabilidade em ações movidas por terceiros. O valor de cobertura não está incluído nos valores acima.

## RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A. e CONSOLIDADO

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

### 30. Eventos Subsequentes

O Grupo Renosa assinou em 17 de dezembro de 2012, um acordo de intenção de fusão de atividades com a Nordeste Refrigerantes S.A e Refrescos Guararapes Ltda que deverá ocorrer no decorrer de 2013. O processo foi submetido à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e em 05 de fevereiro de 2013 foi aprovado se restrições.

### 31. Transações que não afetaram o caixa e equivalentes a caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>
Títulos a receber	-	-	<b>24.666</b>
Dividendos propostos	<b>45.621</b>	21.116	-
Integralização de Afac	<b>302.921</b>	-	-
Dividendos a receber	<b>55.462</b>	64.533	-
Transferência de imobilizado e intangível	-	-	<b>276</b>
Ajuste valor de ágio	-	-	<b>1.793</b>